

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 141 - Dezembro de 1977 - crs 1,00

Propostas que devem se contrapor ao Projeto Geisel

Dezembro. Fim de 1977, ano importante na história da resistência de nosso povo contra o regime fascista que se instalou com base no golpe militar de 1964. Momento de reflexão que deve nos ajudar a compreender o significado do discurso de Geisel, no dia 1º, assim como a deduzir algumas linhas para a ação dos comunistas e demais democratas diante dos problemas que se colocam no futuro imediato e a médio prazo.

Não seria exagero afirmar que este ano foi fundamentalmente marcado pela ascensão ininterrupta do movimento de opinião pública de oposição. A reativação do protesto ostensivo da classe operária e dos trabalhadores em geral contra a política econômica essencialmente planejada a partir de sua super-exploração; as manifestações crescentes da Igreja, da intelectualidade, da Universalidade e, até mesmo, de parcelas do empresariado, todos estes são sintomas inquestionáveis do avanço das forças democráticas e de suas proposições no debate político em que a Nação está empenhada, independentemente de tudo o que faz o regime para neutralizá-lo ou impedi-lo.

Enquanto isto, o que se vê entre os atuais detentores do poder? Não pretendemos afirmar que o processo lhes tenha escapado das mãos, mas seria um erro político não admitir que sua tática atual é condicionada pelo ascenso da oposição. Ou seja, o regime age como que reconhecendo não ser mais possível conter o avanço das forças democráticas nos limites estritos da intolerância, do arbítrio e da violência inerentes à sua essência. Tentar dividi-las é a tática em vigor.

É em tal contexto, portanto, que se deve considerar o discurso de Geisel: uma continuação do edílogo proposto pela emissão Portella, não por acaso oficializada no oculto.

Trata-se assim de uma tomada de posição do regime, que é obrigado a reconhecer algumas

das conquistas já feitas pela resistência antiditatorial. Isto com o objetivo claro de impedir a divisão de suas fileiras e de atrair, para o lado do governo, frações e elementos vacilantes da oposição. Na verdade, a ditadura recua e faz concessões. Mas é preciso ter bem claro - devemos repetir - que faz, de um lado, sob a pressão da resistência e de outro, visando a prolongar sua vigência histórica.

Se partimos de tal ponto-de-vista não seremos induzidos nem a zombar a luta contra a ditadura, nem a deixar de valorar os pequenos espaços cedidos.

Democracia em nosso País não vai ser um presente de fim de ano, passado por decreto do ditador. Ela continua a ser uma aspiração, algo a conquistar e que só o será na medida em que as forças nela interessadas tenham como ponto de referência a necessidade de impedir uma rearticulação nos quadros do regime. Rearticulação que, sem dúvida, lhe permitiria novas ofensivas de repressão.

Os instrumentos para isto já existem. E eles passam pelo caminho da unidade das forças democráticas. Sem hesitação. E em torno de objetivos concretos que o regime tenta minimizar: a campanha eleitoral de 1978 (independentemente de todas as trapaças dos apacotados vindos ou por vir) e a Campanha pela Constituinte, livre, democrática e, por isso, soberana. Ai está o fundamental que se sobrepõe a interesses pessoais ou de grupos no seio da Oposição.

Este regime ainda é forte mas não é imbatível. Vive o seu período de declínio histórico. As forças democráticas progredem mas têm ainda muito a fazer no caminho da unidade e da mobilização, sobretudo das camadas populares. As eleições e a Campanha pela Constituinte são oportunidades que se apresentam para corrigir as deficiências, denunciar as manobras de ditadura e fazer surgir novas proposições unitárias às forças democráticas em seu conjunto.

**VI CONGRESSO,
DEZ ANOS DEPOIS.
UM CAMINHO A
DESENVOLVER**

(pags 4 e 5)

**Os comunistas e
a democracia**

(pag. 3)

SINDICATOS:

**Convenção
coletiva, arma
contra o (arrocho)**

(pag. 2)

DEBATE

**A repressão nos
impede o avanço.
E nossas falhas?**

(pag. 7)

ECONOMIA

**O que se diz a
favor e o que se faz
contra o Nordeste**

(pag. 8)

**Ano Internacional
da Criança e a
nossa realidade**

(pag. 6)

Convenção coletiva livre: freio ao (arrocho)

A partir do momento em que a classe operária começou a romper o cerco a que está submetida pela ditadura militar fascista, e sua voz pôde se fazer ouvir, é quase constante na imprensa a presença de dirigentes sindicais — e mesmo de alguns empresários — favoráveis à livre contratação coletiva.

Amplios setores do patronato já externam o desejo de negociar livremente as condições de trabalho com seus operários. Os sindicatos, por seu lado, deixam claro que a contratação, ou convenção coletiva é parte integrante dos direitos a serem reconquistados.

Ainda recentemente, falando em um seminário sobre o mercado de trabalho que se realizou em Salvador, Carlos Alberto Chiarelli, Secretário de Trabalho do Rio Grande do Sul, afirmou que sindicatos fortes e estritamente classistas só serão possíveis aumentando a participação sindical na contratação coletiva. As maiores vitórias dos trabalhadores dos países capitalistas — salários mais altos, redução da jornada de trabalho, instituição de licenças pagas (inclusive para a educação sindical), ampliação do período de férias remuneradas, medidas de higiene e segurança de trabalho, proteção à mulher e ao menor, alargamento do campo dos seguros sociais, medidas cobrindo dispensa de trabalhadores e assegurando maior estabilidade no emprego, entre outras — foram obtidas opor-se à força coletiva organizada dos trabalhadores à potência econômica, política e até mesmo repressiva dos patrões e do Estado que (os) representa.

Estas conquistas, arrancadas através de prolongadas, tenazes e heróicas lutas de massa, quase sempre assumiram a forma jurídica de contratos coletivos de trabalho. Assim, por ser uma das armas que a experiência de luta de classes consagrou internacionalmente, nós comunistas temos reiteradamente nos manifestado favoráveis ao seu desenvolvimento (Ver VO 134).

Mas seria possível uma contratação coletiva de trabalho nos marcos do actual regime?

INCOMPATIBILIDADE ENTRE LEI E REGIME

Introduzida na legislação nacional em 1932 através do Decreto n. 21.761, a contratação coletiva de trabalho foi, posteriormente, adotada por todas as Constituições que o País conheceu, inclusive a actual. Sob a denominação de Convenções Coletivas de Trabalho, a C.L.T. regulamentou o seu exercício artigos 611 a 625, com a redação que lhes foi dada pelo Decreto-lei n. 229, de 28/2/1967.

Entretanto, sua efetiva aplicação está impedida em função da política salarial do regime — o chamado "arrocho salarial", um dos pilares do modelo econômico cujo resultado é bem conhecido: pauperização, até em termos absolutos, das massas assalariadas e uma acumulação, sem precedentes, dos monopólios.

Um dos primeiros cuidados da política salarial foi retirar dos sindicatos a possibilidade de livre negociação entre patrões e empregados. Uma copiosa legislação, especialmente a Lei n. 4.725 de 13 julho de 1965, determinou que os percentuais de reajustes salariais deixassem de ser fixados por acordo mútuo entre os sindicatos patronais e de trabalhadores, para tornar-se uma atribuição exclusiva do Conselho Nacional de Política Salarial. Este, através de complicados cálculos, chega a um resultado a que todos são compulsoriamente submetidos. Quanto à Justiça do Trabalho, ele viu sua função normativa para a solução de conflitos de trabalho ser reduzida à de mera homologadora dos índices oficialmente fixados.

Para que não sobrasse nenhuma margem de negociação, o próprio texto legal concernente aos contratos coletivos de trabalho foi modificado, declarando-se "nula de pleno direito a disposição de Convenção ou acordo que, direto ou indiretamente, contrarie proibição ou norma disciplinadora da política econômico-financeira do Governo, ou concernente à política salarial vigente, não produzindo quaisquer efeitos perante autoridades e repartições..." (art. 623 da C.L.T.).

Privada de discutir o quantum de seu reajuste salarial, a classe operária, assim como os demais assalariados, vê-se ainda cercada no seu direito de organização. E sem sindicatos fortes, independentes, solidamente enraizados em suas bases, financeiramente poderosos, dificilmente se pode falar em "negociação coletiva livre".

INTERVENÇÃO COMO ARMA

É da natureza do fascismo a destruição, isolamento e pulverização de toda organização

popular, especialmente a da classe operária. Não foi por outra razão que ao golpe de 1964 se seguiu a intervenção em 483 sindicatos, 49 federações e 4 confederações de trabalhadores. Paralelamente, entre 1964 e 1969, 108 líderes sindicais e representantes políticos dos trabalhadores foram punidos com a suspensão de seus direitos políticos e tiveram seus mandatos eletivos cassados. Muitos, sobretudo os mais capazes e combativos, foram presos, torturados, quando não assassinados.

Ao lado dessas medidas de caráter policial, a ditadura fascista tratou de "aperfeiçoar" os dispositivos de caráter repressivo e antipopular na legislação existente, e de promulgar normas restritivas dos direitos sindicais. Assim, através do já citado decreto-lei n. 229, artigo 530 da C.L.T., tornou inelegíveis para os postos sindicais todos os "que publica e ostensivamente, por atos e palavras, defendam princípios ideológicos de partido político cujo registro tenha sido cassado, ou de associação ou entidade de qualquer natureza, cujas atividades tenham sido consideradas contrárias ao interesse nacional".

Com suas lideranças destroçadas, com seus sindicatos manietados, os trabalhadores assistiram ao longo destes quatorze anos do ditadura à supressão ou restrição de muitos de seus direitos e conquistas. No momento mesmo em que é escrita esta nota, tramita pelo Congresso, em regime de urgência (toda a pressa é pouca quando se trata de privar os trabalhadores de seus direitos), mensagem do ditador Geisel proibindo que os adicionais de periculosidade e insalubridade sejam calculados sobre o salário e seus acréscimos, como horas extras, prêmios, etc.

Impedida de discutir seu salário, a classe operária viu-se ainda privada da mais importante arma de pressão de que dispõe: o direito de greve. Tantas foram as dificuldades, tais os obstáculos que a lei n. 4330 de 1/6/64 colocou ao seu exercício, que na prática tal direito deixou de existir. Em tais condições, melhor seria falarmos de lei antigreva. Se a tudo isto somarmos o terror fascista, a caracterização de subversiva para qualquer reivindicação, a denúncia do crime contra a segurança nacional apresentado contra os que pretendem discutir publicamente os enormes problemas que atormentam os trabalhadores, teremos o quadro das enormes dificuldades existentes para que uma contratação coletiva se concretize nos marcos desse regime.

Por isso, ao se bater pela contratação coletiva, o trabalhador democrata deve ter em mente que ela só será livre, só atenderá aos reais interesses de sua classe, na medida em que se ponha fim ao regime actual, e que se estabeleça um clima de plenas liberdades. A luta setorial não pode mais se desligar da luta geral.

Mario Motta

OPERÁRIO-CAMPONESA

A questão

democrática

A desagregação crescente do regime fascista em nosso País coloca o conjunto das forças de oposição diante da necessidade de definir concretamente que tipo de democracia pretendem para o Brasil. Essa necessidade é ainda mais urgente quando vemos que, nos últimos tempos, certas forças até então ligadas ao bloco do poder começam a distanciar-se dele, tentando colocar-se à frente do chamado processo de institucionalizações do regime; e, para isso, valem-se de uma concepção restritiva e abertamente deformada da democracia.

Torna-se assim decisivo, para o conjunto da oposição, estabelecer um consenso em torno de algumas medidas que - uma vez conquistadas - permitam definir o fim do atual regime e, por conseguinte, abrir caminho para a implantação de um novo regime jurídico-político, de natureza democrática. Essas medidas convergem para aquilo que poderíamos chamar de pré-condições: uma anistia ampla e irrestrita, o fim dos atos de exceção, liberdade de organização para todos os partidos políticos e para todas as entidades representativas das classes sociais e das grupos profissionais, etc.

Mas o estabelecimento desse consenso - momento fundamental do processo que levará ao fim do atual regime - não deve obulhar o fato de que não são idênticas as concepções de democracia que circulam, explícita ou implícitamente, entre as diversas correntes da oposição. Nós, comunistas, estamos convencidos de que essas diversidades (muitas das quais inelimináveis, enquanto expressões ideológicas de classes sociais diferentes e mesmo antagonicas) não obstaculizam, nem devem obstaculizar, a unificação política das várias forças oposicionistas na luta pela implantação de um ordem jurídico-política capaz de pôr fim ao fascismo. E, mais que isso, julgamos ser possível e desejável estabelecer com tais forças um acordo mais duradouro que tenha como meta a estabilização e consolidação do quadro democrático que vier a ser instituído por uma Assembleia Constituinte livremente eleita.

Mas não pretendemos negar nossa hegemonia específica. Enquanto partido que se inspira nos princípios do socialismo científico, o PCB tem uma concepção própria da democracia, que supera basicamente - ou seja, que ao mesmo tempo conserva e eleva a nível superior - os institutos puramente formais da democracia liberal. Anos de mais nada cabe afastar um possível equívoco ao contrário do que afirmam nossos inimigos

(valendo-se em alguns casos de erros que cometemos no passado), não temos uma concepção instrumental da democracia. A democracia não é, para nós, um estágio transitório do qual nos valeríamos para preparar a instalação de um tipo de dominação de classe formalmente antidemocrático. A democracia, ao contrário, é um princípio permanente de nossa atividade: é o eixo que articula nossas propostas táticas imediatas com nossa estratégia de mais longo alcance. É o fio condutor da longa marcha que, ao lado das forças mais avançadas do povo brasileiro, nosso Partido se propõe a compreender no sentido de lançar as bases para a construção do socialismo em nosso País. Em outras palavras, nossa concepção da democracia não é mais estreita que a concepção das correntes liberais; é mais ampla, mais articulada e, valha o pleonasmo, sobretudo mais democrática.

Partimos da idéia de que só com a ampla participação das forças populares organizadas, em particular da classe operária e dos seus aliados, será possível não apenas falar em autêntica democracia, mas inclusive garantir a estabilidade e a eficiência do ordenamento jurídico de uma democracia formal. O conceito de pluralismo, sobre o qual se funda a ideologia liberal, não pode se restringir à presença de diferentes partidos representados no Parlamento; o pluralismo deve envolver também o conjunto da sociedade civil, ou seja, deve se expressar através de uma rede capilar de organizações de base (sindicatos, associações profissionais, grupos de moradores, comunidades de inspiração religiosa etc.), capazes de influir na resolução dos problemas específicos que lhes dizem respeito e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais. Só essa democracia de ampla mobilização popular, organizada de baixo para cima, poderá assegurar em caráter permanente a participação cada vez maior do bloco de forças nacional-popular na formulação da política nacional, criando um sólido vínculo entre o poder de Estado e a sociedade civil, ao mesmo tempo, é o fator político decisivo para garantir a permanência da Nação nos quadros democráticos, impedindo as manobras que a reação certamente empreenderá no sentido da restauração do fascismo (ainda que sob novas formas).

É evidente que a consolidação da democracia - que é ao mesmo tempo seu constante aprofundamento - implica medidas de natureza econômica. Nós, comunistas, estamos convencidos da necessidade da elaboração e aplicação de um programa

de desenvolvimento democrático da economia, cujo objetivo prioritário será o de eliminar progressivamente o poder dos monopólios e do imperialismo sobre a vida nacional, colocando assim o desenvolvimento a serviço dos interesses das massas trabalhadoras, das camadas médias assalariadas, dos camponeses, dos pequenos e médios empresários. Todavia, tais medidas econômicas só serão eficazes se se apoiarem numa dinamização permanente de todas as forças organizadas do povo. Na elaboração, aplicação e controle do programa de desenvolvimento democrático, deverão tomar parte não apenas os partidos democráticos representados a nível parlamentar, mas também o conjunto dos organismos que expressam diretamente as classes e camadas sociais (sindicatos, associações profissionais, etc.).

A conquista do poder de Estado pelo bloco das forças nacional-populares forma um processo único com essa crescente socialização da política. A política não pode ser tratada como uma questão de especialistas, de tecnocratas, mas deve se tornar a preocupação constante da totalidade dos cidadãos; não é concebível que questões que interessam a todos sejam resolvidas nos gabinetes de uns poucos. É de assinalar por outro lado que a articulação entre a democracia representativa e formas cada vez mais complexas de democracia de base representa a inversão completa de uma tendência até hoje dominante na história brasileira: ao propor, os comunistas visam a transformação do modo tradicional de fazer política em nosso País, caracterizado pelo número restrito dos que decidem e pela exclusão das massas de qualquer papel efetivo na condução das grandes questões nacionais. O regime fascista, malgrado seus elementos de novidade, pode ser definido como a culminação desse modo elitista e autoritário de fazer política, característico da história brasileira.

A socialização da política, porém, não é apenas a eradição desse passado autoritário. Também - e sobretudo - a base para um crescente aprofundamento futuro da democracia real, para a permanente incorporação de novos grupos, camadas e indivíduos nos processos de decisão acerca dos problemas particulares e gerais com que se defrontam. Essa incorporação fortalece o bloco nacional-popular e impulsionando a hegemonia da classe operária no seu interior, é o pressuposto da transição pacífica para o socialismo, do modo de transição pelo qual lutarão os comunistas brasileiros. Estamos convencidos de que quanto mais se aprofunde a democracia, quanto mais ela se estenda ao conjunto dos brasileiros e seja o fruto de suas ações cotidianas, tanto mais próximos estaremos do socialismo, e de um socialismo que não deverá ser a «dádiva» de um Estado burocrático ou paternalista, mas precisa ser uma conquista permanente das massas organizadas e conscientes de seus interesses e necessidades.

João Carlos Teixeira

Por uma Constituinte livre e democrática

partido

Há dez anos, exatamente, vinha a público um documento destinado a marcar a história do Partido Comunista Brasileiro e a própria vida pública nacional: A Resolução Política do nosso VI Congresso.

Dez anos, dez longos anos nos separam, pois, de nosso último Congresso. Não é preciso acrescentar nada para dar uma medida das nossas dificuldades como partido, das nossas ineficiências. E para dar uma medida, também, do que é a sociedade brasileira, do que são a opressão de classe e a ausência de democracia em nosso País.

UMA REFLEXÃO QUE APENAS COMEÇA

O processo do VI Congresso recebeu até hoje, no quadro de nossa reflexão crítica, pouca atenção. E, no entanto, como foi importante... importante pelos problemas da vida do Partido que foi chamado a enfrentar, e que tiveram, em muitos casos, um desdobramento doloroso: fracionismo em larga escala, liquidacionismo, descrédito em nossa organização como sendo a mais apta para dirigir a intervenção da classe operária e das massas populares no processo revolucionário. Importante, desta maneira, no contexto do movimento revolucionário das esquerdas brasileiras.

Mas é sobretudo sob dois aspectos, estreitamente interligados, que interessa meditar sobre o que representou a realização do VI Congresso e avaliar o que ele produziu. Em primeiro lugar, que análise concreta da situação concreta ele pôde elaborar, ou seja, em que termos os comunistas colocaram a luta contra a ditadura que, três anos antes, se instalara no Brasil. Em segundo lugar, como ele se situa na nossa trajetória histórica, qual foi sua contribuição para o avanço de nossas concepções e de nossa prática.

Estabelecamos desde logo que não pretendemos, aqui, esmiuçar os problemas, tentar uma análise exaustiva, mas examinar os traços mais importantes, as linhas de definição.

A LUTA CONTRA O SUBJETIVISMO SECTÁRIO

Para entender o que representou o VI Congresso, nada melhor, talvez, do que fazer um resumo de nossa evolução como partido político e como intelectual coletivo voltado para a transformação revolucionária da sociedade.

Começamos não dos nossos primórdios, mas do início do período histórico que vai até 1964, preparado pela Revolução de 1930, que equipou a República Velha, e pela ditadura getulista do Estado Novo. A redemocratização do País abriu-nos o caminho para uma inserção profunda e uma influência crescente na sociedade, e nós começamos a trilhá-lo. Confrontados com uma penúria grande provi, porém, reagimos de modo a deixar que se afirmassem os nossos traços mais atrasados. Nossa resposta ao golpe que nos colocou na ilegalidade, em 1947, era calcada em elementos de dogmatismo e sectarismo. E' mesmo

possível dizer que, desde então, nunca houve um momento em que o Partido renegasse de forma tão radical o seu conhecimento do socialismo científico e a sua sensibilidade política.

Em seu Manifesto de Agosto de 1950, o Comitê Central produziu a expressão mais típica duma linha política sectária e duma concepção voluntarista. A revolução, fenômeno eminentemente subjetivo, seria feita por um punhado de homens decididos, o Partido, que substituiria, assim, as massas. Além disso, ela estava na ordem do dia, e com ela a conquista do poder. A direção central orientava as organizações do Partido a tomar o poder sempre que fosse possível, em qualquer lugar, e mesmo que fosse para ficar com ele durante dias, horas, minutos. A este delírio subjetivista correspondiam, no plano ideológico, concepções das mais deformadas, entre as quais a que presidia a vida do Partido, e que era a de um centralismo democrático de cabeça para baixo, em que a prestação de contas era feita, nas sucessivas instâncias, de baixo para cima. Nossa política de organização conformava-se, naturalmente, à mesma partitura, e conduzia, em muitos casos, a uma legalização forçada.

Quem pudesse, hoje, ler o número da revista Problemas dedicada ao registro dos trabalhos do IV Congresso, compreenderia sem maior esforço em que situação nos encontrávamos em 1954. Viera como ainda era dominante o subjetivismo sectário, que estava em contradição não só com a realidade nacional, mas também (e nunca será demais chamar a atenção para isto) com o que tínhamos de positivo em nossa trajetória, em nossa elaboração e em nossa prática políticas.

Entretanto, o processo de superação desse estado de primativismo em que havíamos caído continuava a desenvolver-se, sob o influxo duma ascensão democrática e popular que se processava no cenário brasileiro. O esforço para romper com a concepção sectária do movimento revolucionário e para sair do isolamento e participar plenamente da luta democrática e antimperialista acelerou-se no período que se seguiu à realização do XX Congresso do PCUS. Não será exagero dizer que neste momento, algumas coisas começaram a ser irrevivelmente deixadas para trás.

A denúncia do sistema do culto da personalidade, foi uma poderosa contribuição, poderosa contribuição.

Ao lado do mal-estar e da perplexidade que a autocrítica da direção do PCUS causou a muitos de nossos militantes e dirigentes, ela facultou à maioria a possibilidade de compreender certas coisas básicas e despertar uma capacidade crítica que fora amortecida ao longo de duas décadas, de modo generalizado, no movimento comunista.

Em março de 1958, cabe ao Comitê Central, através duma Declaração, dar um passo de grande importância no caminho do nosso amadurecimento como partido político. Nesta Declaração, procurava-se afastar do nosso meio concepções como a que diagnosticava o atraso progressivo da economia brasileira e a que considerava que o golpe principal devia ser dirigido contra a burguesia conciliadora. Tratava-se, já então, duma tentativa de ver a revolução como um fenômeno de

A linha do V dez anos d caminho a o

massas, de ver a nossa luta à luz do marxismo-leninismo. Ao mesmo tempo, combatia-se para restabelecer o centralismo democrático como princípio diretor da vida do Partido. De certa forma, ainda estamos vivendo, quase 20 anos depois, o período aberto na vida do Partido pela Declaração de março de 1958.

Não se pense, porém, que houve naquele momento um corte radical. As concepções novas, avançadas, estavam em contradição com aquelas que haviam reinado longamente no Partido. Chocaram-se, desde logo, com a inércia dum pensamento e duma prática profundamente arraigados.

As vésperas do golpe de 1964, vamos encontrar as duas concepções em pleno confronto, apesar do avanço que se plasmara na Resolução Política do V Congresso, realizado em 1960. O que havia de velho em nosso pensamento era representado não só pelos que nos haviam abandonado para formar o PC do B, de linha chinesa, mas também por uma corrente sectária e dogmática que permanecia no Partido e que, naquele momento, sentenciava: «Não há perigo de um golpe de direita, é possível realizar um avanço decisivo com base numa radicalização do movimento de massas, que fatalmente ocorrerá.»

A OBRA DO VI CONGRESSO

O VI Congresso já estava convocado quando houve o golpe de abril. Vendo-se coisas com o distanciamento que hoje nos permite o pressar do tempo, constata-se que os três anos necessários para dar início ao seu processo de discussão não foram um período excessivamente longo. Talvez o tenham sido do ponto de vista da necessidade de combater o fracionismo, mas a existência deste era, ela mesma, um fator que dificultava a tarefa, somando-se às adversidades gerais que decorreram da instalação do processo de fascistização. A comparação com o passado, em todo caso, é extremamente favorável: o IV Congresso também já estava convocado em 1947, quando o Partido foi

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERÁRIA

O Congresso, depois: um desenvolver

legalizado, e, apesar de melhores condições disponíveis (não só políticas, mas também orgânicas: imprensa legal, editorias, revista teórica, toda a aparelhagem conservada, salvo as sedes legais, que foram fechadas), foi necessário esperar sete anos.

O VI Congresso foi um momento crucial de definição do Partido, face a todas as posições que existiam em seu seio, sobretudo as duas concepções principais da revolução, e diante da própria situação criada com o golpe. Realizou-se insistiu-se, num momento particularmente difícil da vida de nossa organização.

Vejamos, de forma sumária, como o Partido enfrentou estas questões. O primeiro grande problema era o da caracterização do regime, que ensejou uma ampla luta de idéias. De um lado, havia os que achavam que, em 1964, tinha ocorrido uma mudança de governo e não uma mudança de regime. Esperavam um ponto de vista que minimizava, chegando até a negação, a mudança do regime. O Congresso, porém, definiu com bastante precisão o que havia ocorrido: «A derrubada do governo/Goulart trouxe uma modificação profunda na vida política brasileira.

Assim, uma derrota das forças democráticas e nacionalistas, e uma vitória das correntes reacionárias e entreguistas. O golpe de Estado de 1º de abril, resultante da junção de forças políticas, econômicas e sociais numerosas e heterogêneas, deu início a um novo processo político em nosso país. O Brasil se encontra hoje assediado por um regime ditatorial, militar, de conteúdo entreguista, antidemocrático e antipopular. Este regime, consagrado na Constituição de 1967, interrompeu o processo democrático que se desenvolvia durante o regime anterior, regido pela Constituição de 1946. Modificou profundamente a forma estatal de poder, com danos incalculáveis para os interesses da maioria do povo e do conjunto da nação» (Resolução Política do VI Congresso do PCB, início do capítulo III - A Mudança do Regime Político. Há uma excelente coletânea de documentos do partido publicada em 1976 pelas edições Avante!, de Lisboa, sob o título de Documento do Partido Comunista Brasileiro (1960-1975). Nesta edição, o trecho transcrito encontra-se na pág. 142. O grifo é nosso).

Não comemos, também, o erro de dizer que tinha havido estancamento do desenvolvimento,

ou que não poderia haver desenvolvimento sob o novo regime. Desenvolvimento havia e haveria, mas a pergunta que se deveria fazer era: que tipo de desenvolvimento? Beneficiando a quem? Em detrimento de que interesses? Com quais consequências? O Partido compreendeu também que, nas condições criadas com o golpe, a luta passava necessariamente pelo esforço para formar uma coalizão antiditatorial e, com visão estratégica, apresenta uma proposta concreta de formação de uma ampla frente. A idéia da resistência já está presente (pág. 146 da edição citada). Para a formação da frente, considera decisivo elaborar um programa mínimo e propõe alguns pontos básicos (cap. V - Nossa Tática, pág. 154, op. cit.): revogação dos atos de exceção dada dos presos políticos, anistia geral, convocação de uma assembleia constituinte, eleições diretas para todos os cargos eletivos, inclusive a presidência da República, livre organização dos partidos políticos, inclusive do PC, etc.

Para responder às teorias foquistas, que passavam naquele momento a dominar o pensamento de largos estratos das esquerdas brasileiras, para responder à absolutização da luta armada como forma de luta, erro elemental, e ao erro político que consistia em privilegiar naquele momento, desconhecendo a realidade, o Partido afirmava o centro tático das liberdades democráticas, que hoje é um patrimônio comum de amplos setores do campo antiditatorial. Recusava-se a enveredar por um caminho aventureiro e, em luta cerrada contra o esquerdismo então em ascensão em setores das camadas médias urbanas, não obstante as pressões existentes na sociedade brasileira e oriundas do exterior, mantinha a lucidez.

Apesar do fato de que alguns, por fraqueza ideológica, vacilavam, o Partido recusava-se naquele momento crucial, a andar para trás, a voltar a um estágio anterior à Declaração de Março de 1968. Tinha consciência da importância das aquisições daquela época e posteriores, como está explicitado no Informe de Balanço do CC ao VI Congresso (ver op. cit., pág. 55, notadamente). Consolidava alguns pontos dados no sentido de uma maior compreensão dos problemas do Partido, condenando o golpismo, o oportunismo, o concentrando o nosso foco, no momento, em tudo o que tende a desviar-nos para o caminho estreito do doutrinarismo, do dogmatismo e do subjetivismo. E precisou, igualmente, estimular e reforçar tudo o que conduziu o Partido a se afirmar como Partido de ação política, dirigente de grandes massas e intimamente ligado à vida da classe operária e de todo o nosso povo» (pág. 161).

A leitura do Informe de Balanço do CC e da resolução Política do IV Congresso suscita todo um universo de reflexões. Ela é, sem dúvida, de grande utilidade, seja para encontrar as grandes linhas de orientação que a vida confirmou, e que são o que de mais precioso temos em nosso patrimônio, seja para identificar aquilo que é discutível ou contestável, aquilo que foi mal elaborado, aquilo que ainda contém em si o peso do pensamento velho. Se, aqui e ali, as análises econômicas, sociais e políticas produzidas pelo VI Congresso se revelam mais ou menos insuficientes, mais ou menos superadas pelo transcorrer do tempo e pela elevação de nosso conhecimento da realidade, não é menos verdade que elas funcionam como excelentes referenciais para a discussão, são elementos extremamente úteis para a realização de um processo organizado de análise e reflexão. O que revela que o nosso método também avançou no processo do VI.

Somos um partido político. E' sob esse pretexto que a nossa atividade deve ser submetida, primor-

almente, ao crivo da crítica. Neste sentido, constatamos que a Resolução Política do VI Congresso não perdeu nada do seu valor. Assim começa o seu capítulo V, Nossa Tática (pág. 150):

«Na situação atual, nossa principal tarefa táctica consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas. A realização dessa tarefa está estreitamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa atual e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo.

O caráter prioritário da defesa das liberdades democráticas decorre da necessidade de que as amplas massas intervenham na vida política e no processo revolucionário. A luta pelas liberdades, desde os direitos de reunião, associação e manifestação, até a liberdade de imprensa e de organização dos partidos políticos, liga-se à luta de massas em todos os seus níveis, das reivindicações mais elementares às batalhas decisivas pelo poder. Cada vitória, pequena ou grande, ou avanço em seus objetivos, forma e prestigia suas organizações e seus líderes, intervém decisivamente nas ações políticas que conduzirão à derrota do regime ditatorial».

DEPOIS DO VI

Posteriormente o Partido produziu reelaborações importantes, ditadas pela evolução da situação e pelo aumento da nossa consciência coletiva sobre os problemas, pelo avanço de nossa teoria revolucionária. E o caso, notoriamente, da identificação do processo de fascistização que se havia iniciado com a instalação do regime militar. E das conclusões a que esta análise nos conduziu.

Hoje, depois dos profundos golpes que sofremos sobretudo em 1974 e 1975, vê-se que não nos afastamos desta linha, que não colocamos em questão as conquistas desta luta que, há pelo menos 20 anos, se trava contra o sectarismo e o subjetivismo voluntarista.

O VI Congresso caracterizou corretamente o regime, combatu o voluntarismo, as ilusões da classe, a verbosidade esquerdista e suas consequências concretas no plano da ação. Foi capaz de orientar o Partido a se tornar e a instigar o movimento de resistência, indicou caminhos para reorganizar as massas, mesmo nas condições de repressão, vendo nisso a única forma de derrotar a ditadura.

Um grande problema que ele não resolveu, e que cabe aqui apontar sem rodeios, é o relativo à preparação do Partido para atuar nas condições da ditadura de modo a trilhar o caminho da resistência de massas. O VI Congresso, e a vida deixou isto muito claro, não soube abordar positivamente os problemas no terreno da organização. As decisões tomadas naquele momento e posteriormente ficaram a meio-caminho. Adotaram-se medidas que permitiram defender uma parte da direção do Partido, que pode hoje se lançar no esforço de reconstrução, mas sofremos, por outro lado, perdas enormes, que repercutirão em nossa atividade ainda por muitos anos.

A herança do VI Congresso, que se inscreve numa evolução de mais de duas décadas, projeta-se no futuro indicando o rumo da formação de um grande partido popular, nacional. As raízes desta potencialidade encontram-se numa luta que se trava desde o fim da II Guerra Mundial quando a ditadura caiu.

A Declaração dos Direitos da Criança e sua aplicação no Brasil

Em 20 novembro de 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou e proclamou por unanimidade a DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, na qual se consignam direitos a liberdades dos quais toda criança sem exceção deve desfrutar.

Passados quase vinte anos dessa Declaração, a constatação de que, em numerosos países, milhares de crianças ainda vivem em condições sub-humanas levou a Assembleia das Nações Unidas a proclamar 1979 o Ano Internacional da Criança.

Para nós comunistas, a luta pela defesa dos direitos da criança é mais um passo em direção a uma realidade onde a justiça social será um dos corolários da democracia.

Vejamos pois, tomando por base a Declaração dos Direitos da Criança, qual a situação das crianças brasileiras hoje.

Princípio nº1: A criança desfrutará de todos os direitos anunciados nesta Declaração. Esses direitos são reconhecidos a todas as crianças sem exceção (...)

O direito a desfrutar desse princípio encontra seu primeiro obstáculo diante do grande dilema da infância brasileira: a sobrevivência. A cada hora morrem 45 crianças em nosso País.

Quase uma criança por minuto, segundo o relatório de 1975 da Organização Mundial de Saúde, o qual destaca o fato de que a desnutrição crônica afeta 83% da população infantil no Brasil.

Princípio nº2: A criança gozará de uma proteção especial e disporá de oportunidades e serviços dispensados por lei e por outros meios, para que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Como desenvolver de forma saudável nossas crianças quando a fome é o prato do dia da maioria da população? Uma pesquisa levada a termo pelo IBGE comprovou que a palavra fome era uma constante nos relatórios das equipes de campo. Em São Paulo, foi encontrada uma família que não havia comido nada durante os três primeiros dias da pesquisa - realizada sempre durante sete dias seguidos em cada domicílio. No Rio de Janeiro, numerosos foram os casos de famílias que engtavam a fome ingerindo grandes quantidades de água com açúcar.

Princípio nº3: A criança tem direito, desde seu nascimento, a um nome e uma nacionalidade.

No entanto, centenas de crianças, filhos de exila-

dos políticos brasileiros, vêm seu direito à nacionalidade constantemente burlado. As autoridades consulares brasileiras se negam a registrar filhos de brasileiros no exílio, colocando essas crianças na condição de refugiados políticos desde seu nascimento.

Princípio nº 4: (...). A criança terá direito a crescer e desenvolver-se em boa saúde. Com este fim deverão proporcionar-se lhe tanto a ela como à mãe, cuidados especiais, inclusive atenção pré e pós-natal. (...).

Segundo dados do Ministério de Saúde, o Brasil possuía, em 1972, um médico por cada 1.572 habitantes. Essa média, entretanto, não é a mesma para o conjunto do País, havendo regiões que dispõem de apenas um médico para atender 5.023 pessoas (Visão, 29/9/75). Quanto aos cuidados pré-natais, o quadro é desolador. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher, em São Paulo, verificou que 77% das gestantes não atingem o número mínimo de consultas, sendo que dentre essas, 20% não haviam passado por nenhuma consulta médica. A mesma pesquisa constatou que em 24% dos casos infantis ocorridos no período per-natal, as mães não tinham recebido nenhuma assistência pré-natal. Pese a toda a gravidade do problema sanitário no País, as verbas destinadas à saúde são insignificantes. O projeto orçamentário federal para o exercício de 1973 previa um gasto com saúde pública da ordem de 476,2 milhões de cruzeiros, o que representa 0,14% do PIB. Os gastos dispendidos no mesmo ano com as forças armadas foram de 5.785,5 milhões, ou seja, 12 vezes superiores.

Princípio nº 5: A criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, necessita amor e compreensão. (...) A sociedade e as autoridades públicas terão a obrigação de cuidar especialmente das crianças sem família ou que careçam de meios adequados de subsistência.

Existem hoje, em nosso País, cerca de 15 milhões de menores abandonados ou em estado de carência (J.B., 17/11/77). Esse número representa quase um terço dos 48 milhões de brasileiros entre 0 e 18 anos de idade. Esse angustiante problema - resultado direto do baixo nível de renda da maioria da população - assume um peso ainda maior quando se verifica o aumento vertiginoso da delinquência e criminalidade juvenis: 83% dos furtos praticados em todo o país têm menores como autores. A causa determinante, segundo a CPI que investiga o problema, é o baixo nível de vida.

Princípio nº 6: A criança física ou men-

talmente impedida, ou que sofra algum impedimento social, deve receber o tratamento, a educação e o cuidado especiais que requer seu caso particular

Em São Paulo, as pesquisas do psicólogo Yaro Ganda demonstraram que ultrapassa 80% o número de crianças que não terminam o primeiro grau em consequência de deficiências físicas ou mentais. A desnutrição aparece como causa determinante.

Princípio nº 7: a criança tem direito a receber educação que será gratuita e obrigatória, pelo menos nas etapas elementares. (...).

A escola primária é uma das instituições mais pobres do País o que contribui para que 3 milhões 280 mil menores não recebam nenhum tipo de atendimento escolar. Das 18 milhões de crianças entre 3 e 6 anos de idade, apenas 4,2% são assistidas pela rede de ensino pré-escolar.

Princípios nº8 e 9: (...). A criança deve ser protegida contra toda forma de abandono, de crueldade e de exploração. (...) Não se deve permitir à criança trabalhar antes de uma idade mínima adequada. (...).

Em 1967, a nova Constituição, baixou de 14 para 12 anos o limite para o ingresso de menores no mercado de trabalho. Essa modificação vinha ao encontro da necessidade de se oferecer mão-de-obra barata aos monopólios, porquanto ao mesmo tempo se fixava em 50% do salário mínimo o salário dos menores até 15 anos de idade e em 75% do mínimo para aqueles de 16 a 18 anos. Existem hoje no País cerca de 10 milhões de menores exercendo algum tipo de trabalho. Segundo uma pesquisa da revista Veja (nº 455), foram encontrados menores trabalhando no período noturno (o que é proibido pela CLT) e ultrapassando o limite máximo de 48 horas semanais. A trágica morte de um menor de 17 anos, em outubro último, às 23,30 horas, prensado no misturador de massas, na panificadora da Fábrica de Produtos Alimentícios Superbom ilustra as irregularidades que se tornaram rotina no trabalho do menor.

Princípio nº10: ... (a criança) deve ser criada num espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos e fraternidade universal.

E portanto, porque queremos ver nossas crianças crescerem e se desenvolverem de forma saudável, num clima de liberdade e paz, que nos integramos às realizações do Ano Internacional da Criança:

- defendendo o direito das crianças a uma vida sadia;
- exigindo a aplicação das leis existentes em favor da proteção das crianças;
- exigindo a transformação da Declaração dos Direitos da Criança em uma convenção;
- desenvolvendo ações que busquem uma melhoria efetiva nas condições de vida das crianças;
- lutando pelo estabelecimento das liberdades democráticas, pois somente o fim da ditadura fascista permitirá o desenvolvimento das crianças num clima de segurança e de tranquilidade.

Regina Alves

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERÁRIA

A repressão é um sério obstáculo ao avanço. Mas, e as deficiências nossas e das forças democráticas?

O processo político brasileiro se prepara para entrar neste ano-chave de 1978 - eleições parlamentares, sucessão presidencial - em condições extremamente originais e, por isso, bastante complexas.

As não se pode ocultar o imenso grau de insatisfação geral que existe contra o atual regime e sua política em todos os setores da vida social. É impossível apontar uma classe ou parcela da sociedade que manifeste, de forma unânime, seu apoio aos atuais métodos de dominação.

Mas evidentemente, os objetivos de contestação são por vezes até mesmo opostos (a democracia refletida em liberdade de mercado e liquidação das empresas estatais rentáveis, defendida por uma parte do empresariado, não tem nada a ver com a democracia que permita a liberdade de ir e vir e o direito de greve exigidos pela classe operária e os trabalhadores em geral). Há mais ainda. Se é inevitável o processo de decomposição do regime fascista - o que não significa dizer que ele está moribundo e sem a iniciativa das ações - também não pode ser ocultado que seu maior inimigo - e temos que repetir, a classe operária e os trabalhadores em geral - conquistaram áreas mas ainda vêem sua luta muito limitada aos termos da vida sindical. Ou seja, já há uma manifestação ostensiva contra o esbulho salarial, mas essa manifestação não se vinculou ainda a uma compreensão declarada de que este esbulho, o «carro-chão», é algo que só poderá ser atenuado na medida em que se ponha fim ao atual regime.

Isto não quer dizer, é claro, que os setores populares ainda não tenham visto a necessidade de ligar a luta setorial à luta política mais geral. Apenas constatamos, não se criaram condições para que isto fosse extenso.

Explicações existem. A começar pelo nível da repressão que, em nosso País, inaugurou um ciclo que já torna trágicamente famoso o cone sul do continente. E uma repressão que é fundamentalmente voltada contra os trabalhadores, na medida em que a desvalorização da força de trabalho se impôs como pilar do chamado «milagre econômico» de triste memória.

Mas há também o outro lado da moeda, e este nos concerne.

As forças democráticas naquilo que têm de mais consequente não encontraram até agora as formas e meios para superar, ou ao menos minorar, a importância dos obstáculos que se apresentaram para a sua organização. E não que os trabalhadores não estivessem encorajados para tal. Ao nível da emoção, quando do falecimento dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, o povo impôs a legalidade da sua participação através da mobilização maciça nas praças públicas. E que dizer das eleições de 1974 e 1976, e de seus expressivos resultados nos centros operários? O que falta, então, é o permanente.

Nós, do PCB, não nos furtamos a reconhecer nossa parcela de responsabilidade por não

termos concretizado, no nível pretendido, a tarefa histórica que nos imputamos de reconstruir o Partido nas empresas. Se houve a repressão cruel para nos dificultar através de até mesmo assassinato de militantes e dirigentes, também houve o nosso lado de ineficiência.

No quadro atual, tal deficiência produz seus frutos. Em meio a uma crise inigualável depois de 1964, em que recuos se impõem, crises se manifestam abertamente no seu campo, a corrupção nos escalões decisórios em benefício do grande capital já não pode ser ocultada, o regime tem condições quase integrais para determinar os caminhos do processo de substituição dos atuais métodos de poder. Geisel pode - como o fez no discurso de 1º de dezembro - se limitar a cogitar sobre o fim da legislação de exceção, e manter as dissensões sobre o problema sucessório no confinhamento exclusivo de uma restrita casta de resrelatados.

Quer queiramos, quer não queiramos, há ainda no seio das Forças Armadas uma influência sensível das concepções que pretendem civicamente vincular as lutas das grandes massas espoliadas pelo atual modelo econômico à reação solerte de uma pretensa central comunista internacional. Tudo dentro do espírito mais retrógrado do período da guerra fria. Não se poderia, aliás, esperar fenômeno muito distinto depois de se submeter por quase quatorze anos os nossos militares a uma

«doutrina» criminoso de segurança nacional onde o principal inimigo é o interior. Quem seria este inimigo: senão o próprio povo que busca reivindicar seus direitos? Mas a tais teorias não teria sido dada uma ajuda significativa com a hesitação de determinados setores democráticos que se apresentavam como avalistas das pendências militares nacionalistas, mesmo quando estas se manifestavam pouco apegadas a um conceito democrático de sociedade?

Chegamos ao fim de 1977 com esta reflexão mais ou menos definida. Ao mesmo tempo, repensamos a experiência de outros povos adaptando-as à nossa realidade; refletimos sobre o processo de extinção do fascismo em Portugal, na Grécia e na Espanha. Todos no mesmo continente, cada um com suas características próprias, cada um caindo por uma via distinta. Mas cada um avançando mais ou menos na proporção em que, mais ou menos, os setores populares podem dinamicamente influenciar tal processo.

Tudo isto nos faz saltar aos olhos uma consequência: a necessidade da mobilização e da organização das forças democráticas em torno da defesa dos interesses que hoje são os da maioria quase absoluta da Nação: anistia ampla e irrestrita para os presos políticos e para os perseguidos por atos institucionais; liberdade de organização de todos os partidos políticos; liberdade sindical e direito de greve; liberdade de expressão e criação; reformulação da política salarial e reelaboração da

política econômica, no global, de modo a que se atendam os interesses da Nação em seu todo, e não os dos grandes monopólios nacionais e internacionais; reforma agrária radical e melhoria das condições de trabalho dos assalariados agrícolas; reformulação dos conceitos de segurança nacional de forma a devolver ao Exército, e às Forças Armadas em seu conjunto, a sua tarefa de guarda de nossas fronteiras e de nossas riquezas naturais.

Estes são alguns pontos. Outros podem vir a ser acrescentados na medida em que o debate entre as forças vivas da Nação possa realmente ser engajado de forma livre. E para que tal aconteça, temos todos - componentes do conjunto de forças democráticas, organizados ou não - que jogar nosso esforço na repressão de nossas deficiências comuns. Na Igreja, no sindicato, na universidade, nas associações profissionais, nos partidos políticos, em todos os lugares onde democratas se encontrem, os pontos de acordo devem ser buscados sem sectarismos.

Para tanto, ninguém tem que abrir mão de sua personalidade política, ideológica ou religiosa. Ao contrário: que cada um tenha claro a profundidade do engajamento de todos, e se criem as condições para as ações realmente unitárias, sem discriminações.

De nossa parte, não temos porque ocultar que nossa integração total na luta pelo estabelecimento da democracia em nosso País se vincula de forma íntima com a nossa concepção de luta pelo socialismo. A um não se chega sem o outro.

Entramos, pois, em 1978, visualizando formas e meios de fazer avançar as ações unitárias. Sem aventurismos, mas nos batendo contra a capitulação prematura diante dos cantos de sereno. Sentindo, antes de tudo, a necessidade de corrigir a distorção que constatamos em nossa realidade, e que muito colabora para que a correlação de forças ainda não seja favorável ao campo antiditatorial, e peso limitado da participação das forças populares, a classe operária em particular, no processo político. Distorção que permite a um regime vivendo o seu tempo de declínio histórico, com uma base política cada vez mais reduzida, quase restrita à ponta das balonetas, dar as cartas do jogo.

Isto, evidentemente, não vai ser resolvido com aquecimento das dissensões de cúpula partidária, como se o dolo já estivesse pronto para ser comido e não nos restasse mais do que escolher o melhor pedaço. Ao contrário, nós falta muito. Temos muito que avançar. E se não podemos ainda interferir no processo sucessório, nada nos impede de pôr em marcha, seriamente, a Campanha pela Constituinte, livre, democrática e soberana. Nada nos impede de nos pôr em campo, aceitando ainda o desafio de Geisel que já convocou o seu partido, para conseguir uma nova e esmagadora vitória nas próximas eleições parlamentares.

A Campanha pela Constituinte e o batalha eleitoral do próximo ano podem ser os instrumentos mais eficazes nesta fase, para fazer com que a correlação de forças se estabeleça de forma até mesmo decisiva para o campo democrático.

M. Silva

Nordeste: Quem ganha com a miséria?

Em outubro realizou-se em João Pessoa a 208ª reunião do Conselho Deliberativo da Sudene. No dia do encerramento, o general Geisel fez um pronunciamento através do qual ficou claro, uma vez mais, o quanto a política econômica da ditadura se afasta dos interesses reais da grande maioria do povo brasileiro. Depois da já habitual menção ao perigo das doutrinas "exóticas", o chefe da ditadura militar apresentou algumas cifras com o objective de demonstrar que seu governo vem realizando um "esforço" para melhorar a situação social no Nordeste. A principal dessas cifras era a que indicava a duplicação em termos reais do montante de recursos destinados a região no ano 1977 (21 bilhões de cruzeiros) em comparação com 1973.

Tal dado, apresentado em forma isolada, talvez possa parecer significativo. Mas o que representam para o Nordeste, realmente, os 21 bilhões de cruzeiros?

Sem entrar na análise do destino dado a tais recursos, tomemos apenas um elemento de comparação. Todos ainda se lembram do "estouro" dos grupos financeiros Lutfalla e Independência-Decead. Pois bem, só para cobrir a falência desses dois grupos foram utilizados cerca de 10 bilhões dos cofres públicos. Ou seja, para bancar a especulação no mercado de capitais e manter a credibilidade dos grandes conglomerados econômico-financeiros, o governo Geisel gastou aproximadamente a metade dos recursos destinados este ano para os 25 milhões de habitantes do Nordeste. Tal atitude, se mais não significasse, serviria para mostrar, ao menos, o esquema de prioridades do regime...

Se se recorda, por outro lado, as condições de vida da grande maioria da população nordestina, vê-se que a asignação é feita de acordo com opções correntes com a essência antipopular do regime. Basta mencionar, por exemplo que o nível de desemprego já atingiu — segundo afirmações do diretor-adjunto da Sudene — a 28% da força de trabalho (S. Paulo e Rio tocam os 6%). Grande parte dessa mão-de-obra desempregada se origina das zonas rurais de onde, entre 1960 e 1970, migraram para as zonas urbanas mais de 6 milhões de pessoas. A causa principal desta situação é sem dúvida a estrutura de posse e uso da terra que atinge, na região, um dos mais elevados índices de concentração do País — 4% dos agricultores possuem mais de 50% das terras.

Recentemente, uma pesquisa do Banco Mundial veio acrescentar novos e impressionantes dados sobre a grave situação da agricultura nordestina capazes de ajudar a compreender as razões de tal exodo para as cidades. O referido estudo (realizado entre 1973 e 1974) mostra que das 6 milhões de pessoas que compõem a força de trabalho agrícola, somente 50% conseguem trabalho em forma permanente. Os outros 3 milhões só obtêm ocupação temporária e tra-

balham em média sessenta dias por ano, com uma renda média de 750 cruzeiros por ano. Entre os 750 mil proprietários de terra existentes na região, apenas 250 mil possuem terras suficientes para gerar pelo menos um salário mínimo mensal. Ou seja, 500 mil minifundistas e pequenos proprietários não conseguem de suas terras nem mesmo o equivalente a um salário mínimo mensal. E somente 25% dos agricultores sabem ler ou escrever. É óbvio que nenhum desses dados foi mencionado por Geisel em seu discurso...

Diante a este quadro, a Sudene, desde a sua fundação em 1959 até hoje, só conseguiu criar 150 mil empregos através de seus projetos. E mesmo assim a um custo elevado. Uma das razões desta situação é que somente 10% dos mil e duzentos projetos aprovados até hoje estão em pleno funcionamento. Enquanto isso, a cada ano entram no mercado de trabalho cerca de 200 mil pessoas. Como explicar tais resultados? Em primeiro lugar, o regime de incentivos fiscais regido pelos artigos 34/18 e 14 permitia uma parcela elevada de investimentos fictícios, ou seja, descontava-se 50% do imposto de renda para a execução de projetos que eram iniciados e logo depois abandonados, sendo os fundos utilizados para outros fins (isto aconte-

ceu principalmente nas zonas rurais e em projetos pecuários). A partir de 1975, o regime de incentivos foi alterado pela criação do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Com o novo sistema, a realização de investimentos fictícios ficou mais difícil e, como consequência, a iniciativa privada passou a utilizar bastante menos o sistema de incentivos fiscais (seria bom que os paladinos de uma maior privatização da economia tivessem presentes fatos como este), com a consequente retração na captação de recursos. Ao mesmo tempo, função de prioridades estabelecidas pelo governo, os já escassos recursos foram concentrados em determinados projetos-impacto, relegando a um segundo plano projetos menores, mas que nem por isso seriam menos importantes.

Paralelamente, grande parte dos projetos baseou-se em tecnologia altamente sofisticada, com reduzida absorção de mão-de-obra, seguindo assim padrões totalmente desligados da realidade regional e levando ao fracasso, por baixa rentabilidade, vultosos investimentos.

Este é o quadro que o general Geisel ocultou em seu discurso. Nenhuma menção ao problema agrário, às condições de vida verdadeiramente dramáticas da população rural, à elevada taxa de desemprego e subemprego. Mas isto não surpreende ninguém já que o agravamento da situação no Nordeste se deve justamente aos vários governos da ditadura e o atual não poderia fugir à regra.

E enquanto os responsáveis maiores pela política econômica insistem neste caminho de incapacidade antipopular, até mesmo o Banco Mundial, através do já citado estudo, conclui que a reforma agrária é condição indispensável para o desenvolvimento econômico da região. Para corroborar tal posição, demonstra-se que, a partir de uma determinada combinação de mão-de-obra e terra (tornada possível com a reforma) chegar-se-ia a uma quintuplicação do produto agrícola sem necessidade de inovações tecnológicas.

Assim, também na área das políticas econômica e social a ditadura vê aumentado o fosso entre ela e o conjunto da sociedade. Não é, portanto, sem razão que uma das reivindicações

mais frequentes que o Petronio Portella tem ouvido em suas andanças é justamente o reconhecimento da necessidade inadiável de uma reforma agrária. Mas para tornar realidade esta reivindicação é necessário ampliar a mobilização e realizar um grande esforço de organização das massas camponesas em todo o País. No momento actual, estas são tarefas da maior importância para o conjunto das forças democráticas, e para as organizações camponesas existentes.

Edmundo Cereja

Internacional

Oriente Médio: Quem ganha com a pax americana?

Há alguns anos, a política exterior do imperialismo norte-americano consistia num apoio sistemático ao Estado de Israel e num claro desprezo pelas massas populares dos países árabes. Nos últimos tempos, entretanto, essa política vem se modificando: sem abandonar seu apoio ao Estado de Israel, os círculos dirigentes do imperialismo estadunidense vêm tratando de cortejar alguns líderes árabes, esforçando-se por dividi-los e jogá-los uns contra os outros, para ver se conseguem confundir as massas e neutralizar-lhes a pressão. Nessa nova linha de ação se acha implícito o reconhecimento da importância de populações que antes eram sumariamente ignoradas: o imperialismo supera a ilusão de uma política que pretenda fazer-se sem as massas e passa a cultivar a ilusão de uma política que tenciona se apoiar na mistificação ilimitada delas. A longo prazo, essa nova política vai fracassar, é óbvio. Mas a curto prazo pode render alguns dividendos, se for conduzida com habilidade. E Carter e seus colaboradores têm procurado, habilmente, explorar as vacilações e o oportunismo de dirigentes árabes que pertencem a classes privilegiadas, pouco identificadas com os anseios mais profundos da população trabalhadora de seus países. Alguns resultados tem sido obtidos: um chefe de Estado que se notabilizava em 1972 por posições pseudo-extremistas, á qual não faltavam inclusive lamentáveis tons anti-semitas ("os judeus são um povo que nasceu para praticar atos de perfídia... nunca negociaremos com Israel, quaisquer que sejam as circunstâncias") foi recentemente à cidade ocupada de Jerusalém e exibiu simpatia perante o parlamento israelense. Diz que, com tal gesto, o chefe de Estado em questão pretendia obter dos dirigentes israelenses concessões para seu país, ignorando deliberadamente os interesses vitais e as preocupações mais profundas do conjunto dos povos árabes na tentativa de conseguir vantagens particulares. Mas os problemas dos povos do oriente médio não podem ser resolvidos senão conjuntamente. E os líderes árabes mais identificados com seus povos já perceberam e proclamaram que os avanços na luta contra o imperialismo só podem resultar da mobilização unitária das massas, tanto egípcias como marroquinas, tunisinas, argelinas, sírias, libanesas, jordanianas, líbias, suditas, lebanesas, iraquianas, sudanesas e — convém não esquecer — palestinas.

F.T.

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERÁRIA